A company limited by guarantee de Singapura

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Singapura não tem nem uma fundação nem uma associação com personalidade jurídica no sentido suíço. O invólucro jurídico que se firmou a partir de 2018 é a company limited by guarantee (CLG, sociedade limitada por garantia), prevista na seção 17 do Companies Act 1967. A CLG não tem capital social. Seus membros comprometem-se a contribuir com um valor simbólico, normalmente de S$ 1 a S$ 10, caso a sociedade seja liquidada. É administrada por administradores (directors) que têm os deveres ordinários dos administradores de sociedades. Não pode distribuir lucros aos membros e deve aplicar sua renda a seus objetivos. Muitos protocolos constituíram CLGs em Singapura entre 2018 e 2022 e as chamaram de "fundações" em seus materiais públicos, o que elas não são.[1]

A CLG funciona razoavelmente como entidade de concessão de subsídios e de fomento do ecossistema. Como invólucro de uma DAO, funciona mal, por três razões. Seus membros são os garantidores indicados em seu constitution e não podem constituir uma categoria aberta de detentores de tokens sem um mecanismo que a lei não prevê. Seus administradores a controlam e respondem por ela, de modo que uma votação da DAO não pode vinculá-los juridicamente. E, por ser uma sociedade, deve apresentar demonstrações financeiras, ter um administrador

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

residente, realizar assembleias e cumprir integralmente o Companies Act. A CLG era popular em Singapura porque era a única forma disponível e porque, até 2022, a Monetary Authority of Singapore (MAS) e a ACRA (o órgão de registro de empresas) lhe davam pouca atenção. Depois dos colapsos da Terraform e da Three Arrows, que envolveram entidades de Singapura, o escrutínio das CLGs de protocolos aumentou. Desde que o regime DTSP entrou em vigor, em 30 de junho de 2025, uma CLG que preste qualquer serviço de tokens digitais a pessoas fora de Singapura precisa de uma licença que não obterá. Muitas CLGs de protocolos foram liquidadas ou transferiram sua sede ao longo de 2025.[2]

A perspectiva de Singapura

Um protocolo com raízes em Singapura que ainda mantenha sua tesouraria em uma CLG singapuriana deve rever três pontos antes do fim de 2026. Primeiro: a CLG exerce alguma atividade que constitua serviço de tokens digitais nos termos da Parte 9 do FSMA 2022, como guardar tokens para terceiros, operar um front-end ou facilitar transferências? Em caso afirmativo, está operando sem licença. Segundo: os administradores entendem que são pessoalmente responsáveis pela conformidade da CLG e que não podem simplesmente seguir uma votação da DAO? Terceiro: a tesouraria não estaria mais bem guardada em uma fundação suíça, reduzindo-se a entidade de Singapura a uma empresa de desenvolvimento ou de subsídios? A Parte P, Capítulo IV trata da transferência de sede.

Notas

1. Companies Act 1967 (Singapura), seção 17(2) (company limited by guarantee), seção 29 (faculdade de omitir “Limited” da denominação de sociedades sem fins lucrativos) e Parte 5 sobre os deveres dos administradores. Parte P, Capítulo III. ↩
2. A Terraform Labs Pte Ltd era uma sociedade privada de Singapura; a Luna Foundation Guard era uma CLG de Singapura. O escrutínio posterior a 2022 e as consequências do regime DTSP estão descritos na Parte I, Capítulo III, e na Parte K, Capítulo V. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com